



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

FLÁVIA THAYANNE BARBOSA DE SOUSA

**TECENDO PRÁTICAS EDUCATIVAS E RECONTADO HISTÓRIAS DO PROJETO
CINECLUBE FÊNIX COM MULHERES NA CONDIÇÃO DE PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE**

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

FLÁVIA THAYANNE BARBOSA DE SOUSA

**TECENDO PRÁTICAS EDUCATIVAS E RECONTADO HISTÓRIAS DO PROJETO
CINECLUBE FÊNIX COM MULHERES NA CONDIÇÃO DE PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado em forma de monografia,
apresentado ao curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciatura em História.**

Área de Concentração: _____

Orientador: Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725t Sousa, Flávia Thyanne Barbosa de
Tecendo práticas educativas e recontando histórias do projeto
cineclube fênix com mulheres na condição de privação de
liberdade [manuscrito] / Flavia Thyanne Barbosa de Sousa. -
2017.

47 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão,
Departamento de História".

1. Historiografia 2. Filme 3. Ação extensionista I. Título.

21. ed. CDD 940.1

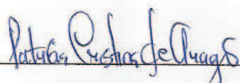
FLÁVIA THAYANNE BARBOSA DE SOUSA

TECENDO PRÁTICAS EDUCATIVAS E RECONTADO HISTÓRIAS DO
PROJETO CINECLUBE FÊNIX COM MULHERES NA CONDIÇÃO DE
PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora de
Universidade Estadual da Paraíba,
como exigência final para obtenção do
título de graduada em Licenciatura em
História.

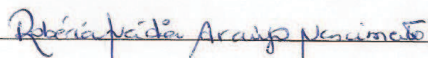
Orientador: Patrícia Cristina de Aragão

Aprovada em 18/05/2017



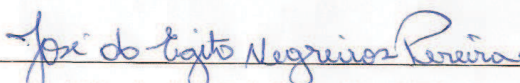
Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão – UEPB

Orientadora



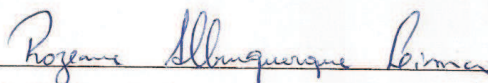
Profa. Dra. Robéria Nadia Araújo Nascimento - UEPB

Examinadora externa



Prof. Me. José do Egito Nogueira – UEPB

Examinador interno



Profa. Doutoranda Rozeane Albuquerque Lima – UFPE

Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Eraldo, e Mãe, Severina, que me ajudaram a nunca desistir de meus sonhos. Dedico-lhes.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que sempre está junto a mim, ao longo de minha vida, e que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer. Agradeço a minha mãe, heroína que me dá apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Ao meu pai que apesar de todas as dificuldades me fortalece, me guia e me ajuda sempre, isso foi indispensável na minha vida enquanto estudante, mulher e ser humano.

Agradeço a coordenadora do projeto de extensão Cineclube Fênix: o cinema como espaço de leituras no Campus avançado do Serrotão – PB, Professora Maria Lindaci Gomes de Souza, que sempre foi uma pessoa maravilhosa e um exemplo de docente zelosa e, acima de tudo, um ser humano que não mede esforços para ajudar aquele que necessita.

À minha orientadora e professora, Patrícia Cristina de Aragão, por sua paciência interminável e orientação nos momentos em que os percalços dessa pesquisa me levaram a acreditar que eu não conseguiria. Agradeço por ser uma das pessoas mais sensíveis, humana e solidária que tive o prazer de conhecer.

Agradeço a todas reeducandas que me propiciaram uma experiência edificante e inesquecível nos meses que frequentei o presídio do Serrotão.

Agradeço aos meus colegas de sala Arthur Rodrigues, Edimar, Wellerson, Viviane Aquino, Marines, Amanda, Viviane Edna, Wendel e Vercauteren. Com estes vivi momentos inesquecíveis. Agradeço por terem dividido comigo essa caminhada.

Também agradeço aos professores Robéria Nadia Araújo Nascimento, José do Egito Nogueira e Rozeana Albuquerque por terem aceito o convite de participar desta banca examinadora.

Agradeço a todos vocês. Obrigada!

RESUMO

O filme se torna um importante recurso de inclusão social e educacional quando introduzido em espaços que possam propiciar a interação e integração de pessoas em condições de privação de liberdade. Este estudo, tem como proposta refletir sobre o papel educacional do filme na reconstituição das memórias vividas por mulheres apenadas na Penitenciária Regional de Campina Grande Raimundo Asfora – PB, através da ação metodológica do CineClube Fênix. Trata-se de uma experiência de pesquisa enquanto monitora no projeto de extensão Cineclube Fênix: O cinema como espaço de leituras no Campus avançado do Serrotão – PB. Objetivo geral deste estudo é refletir sobre o papel do filme na vida de mulheres apenadas através da ação educativa do projeto Cineclube Fênix na unidade prisional de Campina Grande tendo como eixo balizador as ações extensionistas empreendidas nesta espacialidade. Trabalhamos na perspectiva de Ferro (1992), Christian Metz (2007), Foucault (2014), Goffman (1961). Nossa abordagem metodológica está centrada em uma pesquisa bibliográfica e documental, onde utilizamos a historiografia sobre o tema e imagens fotográficas realizadas durante a pesquisa feita e a partir de nossas reflexões do projeto realizado. Consideramos que a ação extensionista no contexto das unidades prisionais pode viabilizar a integração de sujeitos apenados através do trabalho com o filme na integração e ressignificação na vida de mulheres.

Palavras-chaves. Mulheres. Filme. Ação extensionista. Cineclube.

ABSTRACT

The movie becomes an important resource of social inclusion, when introduced in spaces that can offer an interaction and integration of people in conditions of privacy of liberty. This study has as its purpose, to reflect about the role of the movie in the reconstitution of memories lived by distressed woman in the educational regional penitentiary of Campina Grande Raimundo Asfora-PB, between the methodological action of the Fênix Cineclube. It is about an experience of research like monitors of the extension project Fênix Cineclube: The movies like a space of reading in the advanced campus of Serrotão-PB. The general objective of this article is to reflect about the role of movie in the distressed woman's lives, through the educative action of Fenix cine clube's project in the prisional unit of Campina Grande, having like beacon axis the extensionists undertaken in this spatiality. We work in the perspective of Ferro (1992), Christian Metz (2007), Foucault (2014), Goffman (1961). Our methodological approach is centered on a bibliographic and documental research, where we use the historiography about the theme and photography pictures done during the research and through our reflections of the project done. We consider that the extension action in the context of the prisional unities can make the distressed subjects integration viable through the job with the movies in the redetermination and integration in woman's lives.

Key words: Women. Movie. Extensionist Action. Cine Club

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Exibição do Filme Um Sonho Possível Feminino	41
Figura 2 – Exibição do Filme Um Sonho Possível Masculino	41
Figura 3 – Exibição do Filme Piaf Um Hino ao Amor Feminino.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DA EDUCAÇÃO INFORMAL AO LUGAR DO CINEMA: PRÁTICAS EDUCATIVAS COM MULHERES.....	14
1.1 APONTAMENTOS SOBRE ESTUDOS EM GÊNERO: A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL E AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE.....	14
1.2 NOS TERRITÓRIOS FEMININOS, A EDUCAÇÃO PELA ARTE CINEMATOGRAFICA: A VIVÊNCIA EDUCATIVA DE MULHERES NO PROJETO CINECLUBE FÊNIX.....	21
2. REEDUCANDO MULHERES ATRAVÉS DO PROJETO CINECLUBE FÊNIX: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE PESQUISA.....	35
2.1 O LUGAR PESQUISADO: O PRESÍDIO RAIMUNDO ASFORA, O SERROTÃO.....	35
2.2 ENTRE LUZES, CÂMERA E AÇÃO: VIDAS TRADUZIDAS NAS AÇÕES EXTENSIONISTAS COM CINEMA.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	45

INTRODUÇÃO

A integração à sociedade de sujeitos em situação de privação de liberdade, através de ações educativas, pode permitir a ressignificação da vida dessas pessoas na construção de valores pessoais. Ao trabalhar o filme com mulheres apenadas, pode-se permitir que essas articulem suas experiências de vida às representações fílmicas.

O filme se torna um importante recurso de inclusão social e educacional, quando introduzido em espaços que possam propiciar a interação e integração de pessoas em condições de privação de liberdade. Este trabalho surgiu da experiência de pesquisa e extensão, como monitora, em uma unidade prisional de Campina Grande, a Penitenciária Regional de Campina Grande Raimundo Asfora – PB.

Foi através das ações extensionistas desenvolvidas com mulheres, que passamos a questionar como estas viviam, o que o filme que era exibido no Cineclube provocava nas educandas, bem como aquilo que o mesmo implicava nas suas memórias, já que o intuito era articular o filme as histórias de vidas. Este estudo trata-se de uma experiência de pesquisa enquanto monitora no projeto de extensão *Cineclube Fênix: O cinema como espaço de leituras no Campus avançado do Serrotão – PB*.

A partir dos questionamentos provocados pela nossa convivência com as mulheres privadas de liberdade no presídio de Campina Grande Raimundo Asfora-PB, no curso de extensão intitulado *Cineclube Fênix: O cinema como espaço de leituras*, que nasceu a proposta deste estudo.

No projeto foram feitas ações educativas com homens e mulheres apenados, cujo foco era relacionar um filme proposto para discussão à história de vida e experiências desses sujeitos. No curso de extensão supramencionado, participei como monitora, atuando com as mulheres, ao lado da coordenadora do projeto, Professora Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza.

Tal projeto teve seu início no ano de 2015 e atendeu tanto o setor masculino como o feminino, contudo, sentimos a necessidade de centralizar essa pesquisa com as mulheres que participaram do projeto em que tivemos contato e vivência, pois essas foram narrando através de conversas informais

como eram suas trajetórias de vida a partir das temáticas introduzidas por meio dos filmes assistidos. Essas mulheres retratavam sobre suas memórias antes e durante a vida prisional, e suas expectativas para uma vida fora do ambiente em que viviam.

A ideia dessa pesquisa é, portanto, articular filme, mulheres e ações extensionistas através da experiência que tivemos no projeto mencionado. Foi a partir dele que percebemos a importância de trabalhar com a temática do filme em interface com a vida de mulheres em contextos prisionais. Acreditamos que nossa proposta vem contribuir nas reflexões relativas à vida de mulheres em prisões, bem como sobre o papel do filme como elemento que propicia o diálogo sobre a história de vida e memórias de mulheres através do que é enfatizado na temática deste.

Acreditamos que os projetos de extensão, com este tipo de proposta e as ações extensionistas deles decorrentes, contribuem nas reflexões em torno dos direitos humanos e sociais, pois coloca em evidência sujeitos que socialmente se tornam invisíveis, sendo necessário recuperar suas percepções de mundo, de vida e de sujeito social.

Observamos que durante os últimos anos houve um crescimento das pesquisas que se centram no sistema prisional, além de avanços indispensáveis na educação das pessoas que se encontram privadas de liberdade, contudo, ainda há muito a ser discutido, analisado e pesquisado no que diz respeito à prisão no país.

Visto isso, nossa pesquisa não intenciona apenas constatar um quadro do sistema prisional, mas, sobretudo, dar voz as mulheres que se encontram em tal situação, refletindo sobre elas e suas vivências a partir de nossas reflexões, com base em conversas informais que tivemos com elas. Ressaltamos o papel do áudio visual, na reintegração social das mulheres quando estas através dos filmes assistidos participavam das ações realizadas e debatiam conosco sobre suas vidas.

Nestas conversas, pode-se estabelecer um ambiente educativo, pois acreditamos que o sistema prisional deve construir e proporcionar meios e condições que possam minimizar as contradições existentes no cerne da prisão, isto é, torna-se imperativo que se constitua espaços de aprendizagem e

de reforço positivo na instituição prisional, para que se consiga alcançar o objetivo primordial da prisão, que é a ressocialização.

O que se propõe é ver a educação na prisão pela perspectiva dos direitos humanos, pois assim sendo, vai se fomentar um conjunto de ferramentas que possibilitem a inclusão social, cultural e econômica das pessoas aprisionadas.

O projeto do Cine Clube Fênix teve como instrumento didático e objeto de análise, o uso de filmes como representação e reconstituição da realidade, possibilitando dar relevância ao conhecimento de vida das mulheres privadas de liberdade. O projeto propôs construir estratégias de ensino que pudessem sair das formalidades das instituições educativas, da zona do comum, e aproximar o ensino do cotidiano das pessoas, além de alimentar o bom relacionamento entre as reeducandas.

O objetivo geral deste estudo é refletir sobre o papel do filme na vida de mulheres em condição de privação de liberdade, através da ação educativa do projeto Cineclube Fênix na unidade prisional de Campina Grande Raimundo Asfora-PB, tendo como eixo balizador as ações extensionistas empreendidas nesta espacialidade.

Como objetivos específicos, apresentamos as seguintes propostas: discutir o filme como possibilidade educativa através de ações extensionistas empreendidas pelo Cineclube com mulheres apenadas; mostrar o papel da extensão na melhoria da qualidade de vida das mulheres da unidade prisional analisada, objetivando a ressocialização destas.

Como questão orientadora de pesquisa, temos a seguinte proposta: de que modo o filme, ao ser introduzido em ação educativa extensionista com mulheres em privação de liberdade, possibilita a ressignificação de suas memórias e a inclusão social e educacional através do trabalho de reeducação e ressocialização?

Trabalhamos na perspectiva de Ferro (1992), Christian Metz (2007), Foucault (2014), Goffman (1961). Nossa abordagem metodológica está centrada em uma pesquisa-ação e também nas abordagens bibliográfica e documental, onde utilizamos a historiografia sobre o tema e imagens fotográficas realizadas durante a pesquisa feita e a partir de nossas reflexões do projeto realizado.

Nossa metodologia de trabalho no decorrer da pesquisa e atuação no projeto foi o de criar espaços de leitura através de filmes e documentários para as mulheres privadas de liberdade, tendo sempre em vista a representação de temáticas de reforço positivo, que proporcionem empatia com a realidade social delas e com valores morais saudáveis, promovendo dessa forma um real desenvolvimento pessoal e cultural, contribuindo desta forma, para uma maior autoestima e inclusão social.

Sendo assim, trabalhamos o Cineclube com um olhar crítico para a realidade daquelas que encontram-se em regime fechado, promovendo um novo olhar para o cotidiano na prisão, assim como no sentido de contribuir para sensibilização com as questões de identidade, ética, moral, diferença e alteridade.

Em relação a nossa proposta metodológica, adotamos os mesmos procedimentos que foram desenvolvidos no projeto de extensão, do qual gerou este estudo. As sessões do Cineclube Phenix aconteceram em tempos e espaços escolares, e esse diferencial orientou as propostas de discussão e de elaboração de fichas de leitura e de atividades, recomendando que os conteúdos das imagens fossem avaliados de forma criteriosa.

Visto isso, nossa ação metodológica centrou-se na pesquisa ação, isto é, uma ação que visa à resolução de uma problemática coletiva e onde pesquisador e pesquisa se envolvem de modo a cooperar e compreender os problemas de um dado grupo, sem, contudo, ser apenas uma orientação ou assistencialismo, mas um engajamento sócio-político a serviço de classes populares.

E por ser participativa, a pesquisa ação assume a necessidade de implicação do trabalho pelos pesquisadores e as pessoas envolvidas no projeto onde se fará trocas de experiências e dos conhecimentos teóricos. Nesse sentido, a pesquisa torna-se uma forma de democratização do saber em que os setores populares vão se aproximando e tomando o domínio de processos e fenômenos sociais que estão envolvidos, e dessa forma, transformando a realidade social das pessoas envolvidas. Criando espaços de participação, orientação e superação de dificuldades de um dado grupo de pessoas que se encontram privadas de liberdade.

Este trabalho se organiza em duas partes. Em que no primeiro capítulo intitulado: *Da Educação informal ao Lugar do Cinema: Prática Educativa Com Mulheres*, nós cultivamos uma reflexão sobre as transformações ocorridas na perspectiva em gênero ocorridas em paralelo com a trajetória do feminismo, bem como tentamos traçar um perfil do público que lotam as instituições prisionais destinadas às mulheres.

O segundo Capítulo, *Reeducando Mulheres Através do Projeto Cineclube Fênix: Relato de Experiência de Pesquisa*, nele refletimos sobre a experiência do projeto junto com as mulheres a partir das sessões de cinema. Também destacamos a miríade de possibilidades que a arte cênica permite enquanto mediador de um educar informal e sentimental. Mostramos os entraves e as necessidades que perpassamos durante os dois anos de projeto e de como ele foi salutar no trabalho de ressignificação, autoestima e desenvolvimento pessoal para as reeducandas que participavam do projeto.

1. DA EDUCAÇÃO INFORMAL AO LUGAR DO CINEMA: PRÁTICA EDUCATIVA COM MULHERES

Neste capítulo, discutiremos sobre a questão em torno de mulheres em privação de liberdade, a partir das reflexões teóricas enfatizando a discussão sobre a importância da educação no contexto da ressocialização feminina.

1.1 Apontamentos Sobre Estudos em Gênero: A Desqualificação social e as Mulheres Privadas de Liberdade

Estudos que centram-se sobre a educação em instituições de privação de liberdade, em especial no que se refere as mulheres nesta condição, ainda são pouco numerosos. Contudo, é a população feminina que mais cresce no sistema prisional brasileiro (DEPEN, 2014).

A realidade das prisões no Brasil é marcadamente masculina. Em termos históricos, os posicionamentos e tomadas de decisão sobre a operacionalização e sistematização do aparelho prisional se aloca pela visão masculina e para o masculino. Deixam em segundo plano as realidades femininas, desde as relacionadas à maternidade, família, raça, etnia.

Contudo, a população carcerária feminina é a que mais cresce, tomando por base os dados entre os anos de 2000 a 2014, o número de mulheres sob regime de privação de liberdade subiu de 567,4%, chegando a 37,380 das 579,781 pessoas que se encontravam em regime fechado até Junho de 2014(DEPEN, 2014). Compreendemos a partir destes dados, que o Brasil é um dos países no mundo que mais prende mulheres.

Desta forma, é de suma importância salientar que a perspectiva de gênero, no tocante a questão feminina, durante muito tempo, foi marginalizada e impossibilitada, graças aos posicionamentos sexistas que ocorreram e ainda ocorrem na realidade social brasileira, sobretudo, no que diz respeito às linhas de frente na escrita da história e na comunidade acadêmica (dominantemente masculina), no entanto, sabemos que não há um poder que não seja possível de ser posto em debate e problematizado.

A partir das ações encabeçadas pelas primeira e segunda ondas do feminismo observou-se que ampliaram-se estudos e pesquisas voltados para a

participação/atuação da mulher na história, artes, letras, política e outros setores e campos da vida social.

Sabemos que a escrita da história é lacunar, por exemplo, pode-se escrever páginas e mais páginas sobre a revolução francesa, sem em nenhum momento tocar na contribuição feminina neste contexto histórico. Isso era o mais comum, se evidenciava uma história escrita para enaltecer os homens. As mulheres tinham seus feitos transformados em bruma que era inexoravelmente transportado para o limbo do esquecimento e da negação, de onde jamais saíam.

Porém, o movimento feminista tinha como objetivo “tornar visível àquela que foi ocultada” (LOURO, 1997 p.17), trazendo à tona uma abordagem em que a mulher também fez e faz parte da história como sujeito social, político, cultural e histórico. Pois como afirma Pinto (2009, p. 15.).

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria.

Claramente, esses primeiros “estudos das mulheres” vinham carregados de uma militância e idealismo. “Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros.” (LOURO, 2010 p. 19). Se faziam valer de fontes não convencionais para o período, aliado a uma abordagem teórica simplista, pois fundamentava que a desigualdade entre os gêneros se constituía pela divergência biológica, sem levar em consideração as construções históricas e sociais.

Devemos levar em conta aquilo que se pensa e diz sobre o corpo/gênero, pois isso é o que determina o ser masculino e feminino, ou seja, BOUVOIR Apud PINTO “não se nasce mulher, torna-se mulher” (PINTO, 2009, p.15). Ver-se dessa forma uma transformação no pensamento feminista, pois a diferença não está no gênero/biológico, mas nas construções socioculturais e históricas que produziam e ainda produzem estereótipos em relação à mulher.

O problema não está, dessa forma, nas diferenças entre o sexo masculino e feminino, mas quando se associa diferença ao ser subalterno aos padrões patriarcais, que transportam a mulher para uma estrutura idealizada,

criando uma redoma de vidro, isto é, invisível, mas sólida o suficiente para aprisionar e torná-la refém. Como YOUNG apud PINTO (2009, p.21) destaca que:

Contrariamente àqueles que pensam que políticas de diferenciação de grupos somente criam divisão e conflito, eu argumento que diferenciação de grupo oferece recursos para um público comunicativo democrático que objetiva a justiça, porque pessoas diferentemente posicionadas têm experiências diferentes e conhecimento social e histórico derivado deste posicionamento, e eu chamo isto de perspectiva.

Ressaltamos que a discussão em torno da abordagem de gênero é muito mais que uma dicotomia entre os sexos. Iniciava-se uma escrita, principalmente na segunda onda do feminismo, que visava à questão relacional, mesmo que a mulher fosse o objeto central de estudo, o homem passava a fazer parte, pois se via impossível uma perspectiva sociocultural em que a mulher não se relacionasse com o homem, isto é, de acordo com DAVIS apud SCOTT :

deveríamos nos interessar pela história dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitoado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância *dos sexos*, isto é, dos grupos de gêneros no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de símbolos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la. (SCOTT, 1995, p. 72).

Sendo assim o conceito de gênero deve ser pensado na pluralidade das representações masculinas e femininas, contudo, deve-se evitar cair na explicação da existência de papéis, pois estes são construídos por padrões de uma sociedade e isso leva o sujeito a definir comportamentos, isto é, o homem não deixa de ser “masculino” por ser homossexual e a mulher não se torna “masculina” por ser homossexual. A composição da identidade é constituída pelo gênero, contudo, o sujeito tem identidades plurais, variadas, instáveis que se transformam e que é conflitante, pois são

em suas relações sociais atravessada por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os

sujeitos vão se construindo como masculino ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 1997, p. 24).

Visto isso, um dos principais focos de desconstrução das feministas pós-estruturalistas, no final da década de 1960, era a oposição binária, não se negava a questão biológica, mas se entendia que os fatores históricos e sociais sob o corpo sexual influenciavam na construção de uma identidade, entendemos identidade como algo plural e nunca finalizado, isto é, sempre provável de mudanças, mas que ao mesmo tempo pode criar definições rígidas se cairmos em uma perspectiva simplista.

Nos anos de 1980, no Brasil pós-redemocratização, o feminismo assume uma dinâmica muito mais prolífera para a defesa dos direitos da mulher. Surgem grupos que discutem desde a sexualidade à violência, maternidade a direito a terra. A constituição de 1988 foi a que mais garantiu os direitos das mulheres e isso se deve aos esforços de diversos grupos formados por mulheres e suas lutas em defesa destas.

No entanto, foi apenas em 2006 que foi protocolada a lei Maria da Penha, também foi no início deste século que se criou as Delegacias das Mulheres, que buscavam unicamente assegurar o bem estar das mulheres, e principalmente diminuir e punir a violência doméstica.

A perspectiva do gênero, isto é, uma abordagem que se assenta na visão do gênero, nasce para auxiliar e conceituar como uma *nova* possibilidade de abordagem. Abordagem que permite perceber as diferenças entre o masculino e o feminino e as construções atribuídas a eles.

Diante destes aspectos, refletimos sobre as mulheres que se encontram privadas de liberdade, os motivos que as levaram a fomentar para si uma vida na criminalidade, e também a perspectiva de se construir a ressocialização da mulher em condição de privação de liberdade de forma mais fecunda.

É necessário salientar que o sistema prisional do Brasil lida, hoje, com dois entraves consistentes: reduzir a desigualdade de gênero e a superação

dos problemas técnicos e humanos, pois o sistema prisional se mostra ineficaz com o propósito de sua criação, isto é, a ressocialização. O Ministério da Justiça divulgou pelo DPN (Departamento Penitenciário Nacional) que os apenados se distribuem em 1424 instituições Federais e estaduais (DEPEN, 2014). Os dados já citados demonstram a curvatura ascendente no número de mulheres presas.

Estes dados também mostram que as mulheres em situação de privação da liberdade são jovens, têm filhos, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos e não tinham um emprego formal antes da prisão. A maior parte dessas mulheres tem vinculação com o tráfico de drogas, aproximadamente 68%. A maior parte delas está na camada inferior da hierarquia do crime, realizando transporte e pequeno comércio de drogas. Muitas também são usuárias e poucas são as que exercem gerência no tráfico.

Não é raro encontrar-se mulheres com histórico de violência, abuso e maternidade. Isto é, o público feminino e o masculino são diferenciados. Neste sentido, as mulheres possuem vínculos, com o crime e a família, diferentes dos homens privados de liberdade. Traçar um perfil da população feminina em condição de privação de liberdade ainda é algo deficiente nos dados oficiais e consecutivamente isso contribui para invisibilidade dessas mulheres, além de não privilegiar as necessidades desse público.

Segundo o DEPEN (2014), o Brasil é a quinta maior população feminina em situação de privação da liberdade, com 37,380, ficando atrás apenas dos Estados Unidos(205,400), China(103,766), Rússia (53,304) e Tailândia (44,751). Tais números nos mostram a necessidade de transformações efetivas na instituição prisional feminina no Brasil. Contudo, essa transformação deve ser estudada e efetivada para resolução das necessidades dessas mulheres, no sentido de perceber as motivações que as fizeram enveredar pelo mundo da criminalidade.

No contexto contemporâneo vemos, se analisarmos criticamente, um movimento constante e irresistível que busca adequar e uniformizar os sujeitos para que dessa forma façam parte do mecanismo capitalista, mas, é claro, que essa adequação nem sempre se dá de forma pacífica, na verdade assistimos as discrepâncias, diferenças e desigualdades que esse sistema impõe.

Tendo em vista esse processo intrínseco ao capitalismo, a exclusão terá dois agentes: O excluído e o que exclui. O excluído é sempre aquele que aparece como figura desordeira, causador de problemas, que não se adequa à sociedade e que necessita imediatamente se moldar de acordo com o sistema. Desta forma, não seria errôneo afirmar que as pessoas privadas de liberdade são aqueles em último estágio na tentativa de adequação, isto é, o Estado, como último recurso de *educação* ao sujeito, o priva de sua liberdade para um direcionamento centrado na transformação das ações e pensamentos desses sujeitos.

Tal adequação sempre é movimento de fora para dentro e de cima para baixo. As relações que se estabelecem entre a sociedade e o sujeito decodificam-se pelo poder hegemônico e ditatorial, que formam um exército de um mesmo gosto, que sentem desejos e desilusões semelhantes, pois é mais fácil lidar com um rebanho domado.

Percebemos diante destes aspectos, que o excluído sempre está na categoria do outro, só é aceita na delimitação imposta ou no discurso politicamente correto da valorização da “diversidade”, diversidade esta que nem sempre é posta em discussão, sobretudo, no que se refere à questão das pessoas privadas de liberdade. Já que dificilmente nos colocamos da categoria do diverso, estas são concepções frias e vazias, na medida que, não há uma real identificação, pois é sempre algo que está fora de nós, é sempre o diferente.

O uso epidêmico da palavra exclusão não cria consecutivamente uma dita inclusão para essas mulheres. Na verdade, existe a necessidade de rever o uso desse conceito, pois muitas vezes ele embaça a percepção do que realmente acontece, isto é, a inclusão se faz de forma vazia, marginal e pobre.

Segundo Alves apud Patto (2016, p. 29), a inclusão não é questão apenas econômica, mas, do ponto de vista social, pois quando o sujeito é de condição social de baixa renda, comumente se chama: é pobre; subsiste para este tipo de pessoas muitos preconceitos e estereótipos, neste sentido, chamada atenção de que vai existir duas categorias: pobres e marginais, PATTO apud ALVES a este aspecto enfatiza que:

de um lado, os integrados, ricos ou pobres – os que são tidos como gente; de outro, os que só tem como saída as

formas de inclusão perversa – os que, por influência da mídia, são tidos como “bandidos”, “animais” ou “monstros”, tornando objetos de barbárie da polícia e de grupos de extermínio e abarrotam moradias sub-humanas, presídios e cemitérios. (PATTO, 2016. p. 29)

Paugam (2001), sociólogo francês, que discute o conceito de pobreza a partir das relações assistencialista, vê a *desqualificação social* mediante as engrenagens que levam o sujeito a uma dependência dos serviços sociais. Apesar de falar do contexto francês, fica claro que ele percebe a degradação do mercado de trabalho, e a grande diversidade daqueles que tornam-se assistidos pela rede de solidariedade promovida pelo governo, isto é, a heterogeneidade desse grupo se faz pela dependência que mantém com os programas assistencialistas.

Com base no pensamento de Paugam (2001) esse grupo permanece desarticulado e acrítico em sua maneira de pensar e viver a realidade, isto é, que a humilhação e desqualificação provocado pela necessidade de utilização do sistema assistencialista promove a não identificação com uma classe social, o que leva esses indivíduos a viver uma situação de isolamento e tentativa de dissimulação da realidade social que vivencia.

O processo de desqualificação acontece em cinco instâncias: A primeira é a estigmatização, em que o sujeito sente-se humilhado e consecutivamente a parte, segunda, a desqualificação social, em que o sujeito é regulado socialmente pelo assistencialismo, que não o exclui propriamente da sociedade, mas o mantém à margem.

Em terceira instância, o autor destaca o equívoco da noção de exclusão, pois destaca que “os pobres, reagrupados em bairros socialmente desqualificados, podem resistir coletivamente - ou às vezes individualmente - à desaprovação social, tentando preservar ou resgatar sua legitimidade cultural e sua inclusão no grupo (PAUGAM. 2001. p. 70)”.

Em quarta instância, afirma que o processo de resistência depende da fase de desqualificação em que o sujeito se encontra, pois ele enfatiza a heterogeneidade das pessoas que recorrem/enquadram-se com a assistência social e da relação que mantém com os programas: relação pontual (a dos frágeis), relação regular ou contratual (a dos assistidos) e a relação infra-assistencial (a dos marginais). Em última instância, diz que os subsídios

embasam a noção de pobreza, mostra nesse processo a diversidade de trajetória que configura a heterogeneidade dos pobres.

Entretanto, temos que levar em consideração as diferenças neste tipo de discussão que ocorrem entre a Europa e o Brasil, no que se refere às relações assistenciais promovidas pelo governo brasileiro, nota-se que o brasileiro almeja receber assistência enquanto a realidade é inversa na Europa, pelo que é mostrado por Paugam (2001). Contudo, o conceito de Paugam, de desqualificação social, mostra que a exclusão e processos de marginalização estão além da esfera econômica, e ao mesmo tempo são inseparáveis.

1.2 Nos Territórios Femininos, A Educação Pela Arte Cinematográfica: A Vivência Educativa de Mulheres no Projeto Cineclubes Fênix

Neste item, refletimos sobre a educação através do cinema, mostrando as possibilidades do cinema na educação e fazendo uma interligação com a vivência educativa de mulheres através do projeto Cineclubes Fênix.

A sociedade não existe apenas para cumprir o desejo de sociabilidade do ser humano, mas para propiciar conforto e estabilidade, partindo desse princípio básico, a sociedade proporciona vantagens, que devem ser igualitárias para todos, contudo, torna-se comum que um pequeno número da população acumule mais vantagens enquanto a maior parcela fica na pobreza, miséria, sofrimento. Sobre isso Beccaria diz que

não é senão depois de terem vagado por muito tempo no meio dos erros mais funestos, depois de terem exposto mil vezes a própria liberdade e a própria existência, que, cansados de sofrer, reduzidos aos últimos extremos, os homens se determinam a remediar os males que os afligem. (BECCARIA, 2007. p.7)

As leis são o meio para instituir o modo mais equânime na convivência humana, mas, também são, muitas vezes, construídas pelas paixões da minoria, pelos acasos e pelo momento. Podemos afirmar, sem incorrer em erro, que uma grande parcela das leis não são construídas apenas segundo um preceito básico: o melhor bem estar possível para a maior parcela da população.

As leis são orientações para o bem viver do ser humano em sociedade, em conjunto com seus comuns, mas também são limite e ordem, que se aplica em tese, a todos. As leis assumem o papel de mediador do bem viver e também instituem o direito de punir.

Todas estas afirmativas assumem papel importante para compreender, não somente o sistema prisional e/ou penal, mas nos ajuda a entender a nossa sociedade e a construir um sistema/instituição que melhor atue para o bom funcionamento da sociedade e daqueles que a compõe.

Então, para o bom funcionamento da máquina social, os sujeitos que a compõe abrem mão de pequenas partes de sua liberdade, de seus desejos e vontades. Segundo Beccaria (2012), o direito de punir se fundamenta nessas pequenas porções de liberdade que os sujeitos abrem mão, vale salientar que ninguém põe de lado sua liberdade se não alcançar com isso mais vantagens que desvantagens, então o sujeito se compromete de forma inexorável ao *contrato social*, para que viva e conviva com seus semelhantes de forma pacífica.

Contudo, todo exercício que se afasta ou compromete esse preceito, deixa de ser justiça de direito e passa a ser usurpação. Punições de crimes que não visam a ressocialização estão, dessa forma, sendo desleais ao poder investido por seus cidadãos.

Tais punições, devemos ressaltar, são aplicadas por magistrados, que também fazem parte da sociedade, e por isso devem seguir de forma rígida a leis, isto é, a justiça só pode ser aplicada, com efeito, e de direito, se seguir não a vontade de um sujeito, mas o código penal, pois no momento em que o juiz for mais severo ou menos severo do que a lei delimita, ele está sendo injusto, está impondo sua vontade particular, mesmo que diga estar velando pelo bem público.

Visto isso, as leis devem ser sempre pensadas e analisadas de forma criteriosa, para que sejam as mais claras possíveis, para que não deixem brecha para dualidades e interpretações errôneas, pois os juízes não são, de forma alguma, legisladores.

Enquanto o texto das leis não for um livro familiar, uma espécie de catecismo, enquanto forem escritas numa língua morta e ignorada do povo, e enquanto forem solenemente conservadas como misteriosos oráculos, o

cidadão, que não puder julgar por si mesmo as conseqüências que devem ter os seus próprios atos sobre a sua liberdade e sobre os seus bens, ficará na dependência de um pequeno número de homens depositários e intérpretes das leis.(BECCARIA, 2012.p. 13)

Apesar de nos falar do século XVIII, Beccaria, é salutar nessa discussão, pois a obscuridade que nos fala é a falta de conhecimento que o cidadão comum tem sobre a lei que os rege, pois conhecer dá ao sujeito a opção, de forma mais consciente, de calcular os inconvenientes de seus atos e assim o fazer desviar dos crimes. Além disso, a obscuridade também leva o sujeito a depositar a um grupo seletivo sua liberdade, cria uma dependência cega, de certa forma, sobre a necessidade de meditar sobre os atos.

Colocai o texto [...] das leis nas mãos do povo, e, quanto mais homens houver que o lerem, tanto menos delitos haverá; pois não se pode duvidar que no espírito daquele que medita um crime, o conhecimento e a certeza das penas ponham freio à eloqüência das paixões. (Beccaria, 2012.p. 13).

Deixa claro que as punições são elemento efetivo e necessário, em rigor e em constância. Entretanto, também afirma que os castigos cruéis são inúteis para bem público, assim como para impedir novos crimes. No entanto, a história nos mostra que os suplícios eram a forma de punição comum, e ainda hoje, vemos graves agressões aos direitos humanos no sistema prisional nacional, em que não se oferece dignidade e proteção à população carcerária.

Deste modo, chamamos a atenção que as mulheres que estão em situação de privação de liberdade, em sua grande maioria, entram na criminalidade pelo dinheiro rápido, pois não tiveram uma boa educação para galgar bons empregos, e consecutivamente, moram em regiões carentes e vivem lado a lado com as organizações criminosas.

Diante das discussões de Paugam (2001) este perfil feminino infelizmente se torna recorrente no mundo da criminalidade. Não porque essas mulheres tenham nascido propensas a este tipo de prática, as criminosas, mas porque as condições adversas e o contexto na qual estão inseridas, muitas

vezes conduzem essas às situações que as encaminham ao mundo da criminalidade.

Tendo em vista esses aspectos, e como nossa pesquisa e estudo se situam nas discussões sobre mulheres em situação de privação de liberdade e as vivências com o cinema através das ações educativas do Cineclube, no próximo tópico discutiremos sobre cinema e educação informal e sua articulação na construção de práticas educativas que promovam a inserção social.

O sistema prisional moderno molda-se com os preceitos de correção e reeducação para o sujeito que transgride uma normativa preestabelecida pelo código penal, tal método no trato dos corpos dos apenados difere muito das punições de outrora, que visava apenas um castigo para o crime cometido e, é claro, atestar o poder instituído e institucionalizado do Estado. Vemos então uma mudança drástica com o pensar punitivo que passa do corporal para um domínio desse corpo rebelde.

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal [...] sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. (FOUCAULT. 2014. p, 14)

Sendo assim, a correção que se almeja com as instituições prisionais não é apenas para punição do crime cometido, mas todo um advir, julga-se pelo ocorrido e pelo que poderá vir ocorrer, ou seja, o sistema prisional nasce sob a perspectiva de docilizar o sujeito de desejo, que imputa na sociedade tais desejos transgressores e desordeiros, para que ele não mais volte a arrogar tais atos à sociedade.

Tal modo de pensar ver-se claramente no próprio ato de julgar, uma vez que o juiz não condena ou absorve apenas levando em consideração os preceitos de culpabilidade e verdade, mas ele busca conhecer os desejos motivadores do crime, e a partir disso prescreve uma pena que melhor se adequa, isto é, uma pena que corrija e normatize da melhor forma possível.

Entretanto, algo que se deve levar em consideração, é a impossibilidade de prever a evolução desse sujeito, como saber se a pena atribuída vai realmente possibilitar um reeducar-se desse sujeito? Claramente nos

encontramos em um dilema que marca de forma constante o sistema prisional e penal, isto é, sua eficácia.

E é por isso que as críticas começam a vir de todos os lados, é possível acreditar uma mesma pena para um mesmo crime imposta para sujeitos diferentes vá surgir o mesmo efeito? A reincidência de reeducandos que povoam as prisões prova que muito tem de ser revisto e repensado, pois apenas a privação da liberdade não garante a transformação necessária no que Michel Foucault (2014) chama de *Sujeito de desejo*.

Tentar domar o Sujeito de Desejo é algo que vem sendo tratado desde muito tempo, antes os castigos corporais eram a forma de advertir que tais práticas não seriam aceitas. Cria-se, principalmente no XVIII e XIX, uma economia no manuseio do corpo do apenado muito mais pudica, pois a finalidade da pena não é inferir marcas, dor e sofrimento ao corpo, mas reeducar.

O corpo não passa, nessa concepção, de um instrumento para domar o tempo, a mente e a alma de desejo desse “infrator”, ou seja, o corpo entra na economia dos direitos suspensos, que age sobre o corpo, mas não é físico propriamente dito.

O corpo encontrasse aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem (FOUCAULT. 2014. p,16).

O corpo então assume o papel de moeda de troca, coação, interdições e privações. O sistema das penas não se baseia na dor, na violência à carne, mas a uma sanção dos sentidos, contudo a pena nunca é sentenciada para obter vingança ou sofrimento do apenado, mas promover a ressocialização.

Desloca-se o objetivo e define-se novas táticas para conseguir esse objetivo, que é mais tênue e difuso na medida que busca-se a transformação/reeducação dos posicionamentos e ações dos sujeitos na sociedade. Universaliza-se e homogeneíza o exercício punitivo, com objetivo não apenas de justiça equânime, mas de diminuir custo e aumentar sua eficácia.

O cidadão, no princípio da teoria de contrato, supõe-se ter aceito as leis que estão postas em vigor na sua sociedade e também está assumindo e alegando poder para sua punição na medida em que quebrar alguma regra desse contrato. “O castigo penal é então uma função generalizada, coextensiva ao corpo social”. (Foucault. 2014.p. 89).

Por tal transformação, as punições corporais violentas configuram crime gravíssimo contra o direito humano, uma vez que “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art.5. 1948). Tal documento foi importantíssimo para uma efetiva mudança no comportamento social, na medida em que cria mecanismos e instrumentos que se alinham com o ordenamento jurídico internacionais dos países signatários.

A ressocialização tem que convergir com um modelo pedagógico que possibilite uma reeducação efetiva e duradoura. A educação aparece como principal suporte no projeto de transformação dos sujeitos privados de liberdade.

Vale salientar que ao falarmos de educação, estamos dando efetiva atenção a outros processos educativos, pois sabemos que a formação vem também da educação familiar, Cívica e Moral. Em suma, concebemos educação como um processo em que haverá uma alteridade e um objeto, que será apropriado e reapropriado de forma diversa pelos sujeitos.

É partindo desses dilemas que percebemos a educação no Presídio Raimundo Asfora, mas conhecido como Serrotão, situado na cidade de Campina Grande na Paraíba, pois muitas concepções de educação e de como se ensinar foram sendo tecidas e institucionalizadas, os métodos tradicionalistas dizem que o professor, detentor do conhecimento, passa seu saber ao discente, tal qual um livro em branco em que se pode escrever e lotar suas páginas de acordo com se deseja, mas sabemos que ensinar e aprender são inseparáveis, na medida em que é impossível saber tudo e que nas mais diversas ocasiões é possível se aprender.

O diálogo, muitas vezes, é deixado de lado na Pedagogia tradicional, mas é o diálogo que fomenta a leitura um do outro, que estimula o pensar e o repensar sobre o que o outro está falando. O diálogo é o selamento do aprender, já que este nunca é individual. Então aprender a dizer sua palavra é

algo essencial no processo educativo, pois a palavra é exercício da liberdade. Visto isso, a pedagogia, que muitas vezes é alinhada a dominação de uma determinada classe ou cultura, deve ser a que dê condições de reflexividade, em que o oprimido possa ser senhor de sua destinação histórica.

Ensinar e aprender é algo contínuo, é ação e reação que nos cerca constantemente, uma vez que cada sujeito se apropria dos signos de forma diferente, única e todos advêm de um lugar social que marca de forma latente, ou seja, tanto a educação como a vivência social formam o sujeito social.

No entanto, algo que deve ser levado em consideração, seja na educação formal ou informal. É que a educação se faz em um tempo, espaço e ação, o projeto educativo necessita de estruturas que lhe proporcione uma instância de *enquadramento*, orientação e superação de resistências, ou seja, que o saber que está sendo trocado em um dado espaço tenha uma real sensibilização para os educandos, e a partir disso, se perceba suas limitações e obstáculos a serem superados.

Nessa vertente, podemos conceber as produções cinematográficas como meio de narrativa salutar para emitir signos a serem apropriados, de forma descontraída e leve. A particularidade do cinema é que ele, além de fazer parte do complexo da comunicação e da cultura de massa, também faz parte da indústria do lazer e (não nos esqueçamos) constitui ainda obra de arte coletiva e tecnicamente sofisticada (Oliveira, 2003, p.176).

Trabalhar com o cinema se torna benéfico na medida em que: ajuda os sujeitos a reencontrar a cultura, uma vez que reproduz o cotidiano vivido. Ela é uma temática que sintetiza os valores, os costumes, as estratégias sociais em uma mesma obra, dinamizando a aprendizagem que beneficia as ações formativas do sujeito.

O cinema funciona como suporte e mediador de diversas formas, na medicina, na indústria, para a espionagem, o monitoramento, a educação e para diversão. Na verdade falar do cinema como viável é falar da própria história do cinema, pois como sabemos desde os primórdios de sua criação, o cinema é utilizado como máquina ideológica; as possibilidades ao se trabalhar com obras fílmicas são imensas e infinitas.

Contanto, para que as produções fílmicas pudessem fazer parte de análise histórica e educacional, principalmente em âmbito acadêmico, foi

necessário todo um movimento do que era passível se tornar suporte ao ensino, podemos dizer que tal abertura se deu, principalmente, aos movimentos de mudança educacional do século XX e em especial a História, que na década de 1930, com os *Annales* formulou um postulado que nos é extremamente rico.

Antes de tudo é necessário compreender que o historiador trabalha com o passado e isso demonstra que ele, o passado, possibilita respostas inúmeras e de formas variadas, pois temos de ter consciência da questão presente para acessá-lo, isto é, compreender que o passado é assaltado por perguntas do presente para responder demandas atuais. Visto isso, afirmar que as fontes históricas se restringem ao que é oficial ou que história é apenas os dos grandes homens e dos grandes feitos não passa de mais uma visão de como representar o passado.

O incômodo que a história positivista causava era grande, e por isso o alargamento das fontes era necessário, no sentido de que a história deveria ser o meio de “acesso” ao passado para além dos portões e muros dos grandes palácios, para além das grandes batalhas e para além dos documentos oficiais.

Nesse contexto, toda abordagem histórica nova se eleva ao cânone de um novo guia ao que se refere ao rumo da própria história. A insatisfação que Febvre e Bloch demonstravam sobre o predomínio de uma história política fez surgir o que conhecemos por *História dos Annales* (OLIVEIRA e CASIMIRO, 2007).

Nessa nova perspectiva de história, se fazia valer uma abordagem mais totalizante e abrangente, tanto no que é passível de se tornar história como nas próprias fontes, conseqüentemente abre-se um vasto campo do fazer historiográfico. Nessa abertura as produções cinematográficas puderam adentrar enquanto objeto de análise do historiador e/ou até mesmo como registro do próprio tempo de produção. Entretanto é necessário enfatizar o caráter paulatino em que esse estudo foi submergindo nas fileiras de análise histórica.

O estranhamento sobre a possibilidade de uma abordagem *cinema-história* não foram travadas de forma pacífica, pois o desapego de uma história positivista não se deu de forma repentina. Apenas a partir dos anos 1970, de

forma mais profícua, principalmente no Brasil, uma narrativa histórica com base em fontes cinematográficas se torna expoente.

Quando os historiadores compreenderam que o cinema não se inseria apenas no rol de entretenimento e diversão e viram que ele atuava em sociedade e se modificava de acordo com a mesma, foi possível acessá-lo enquanto possibilidade de análise histórica. Para Marc Ferro (2003), a análise do cinema/filme é salutar no sentido de que essa arte está para além de uma ordem normativa do Estado, pois nem mesmo a censura consegue controlar, em sua totalidade, as produções cinematográficas, visto que para FERRO Apud MORENTTI, (2003)

A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus “lapsus”. É mais do que preciso para que, após a hora do desprezo venha a da desconfiança, a do temor [...]. A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens [...] constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade. (MORENTTIN, 2003. p, 13).

Visto isso, é propício tecer análises sobre a linguagem cinematográfica, pois ela é produto da história e meio de análise da sociedade que a produziu. A fonte cinematográfica, particularmente o filme, se torna documentação imprescindível na História Cultural, uma vez que acessa o imaginário, as mentalidades, visões de mundo e outros aspectos da sociedade.

Ou seja, os “lapsus” que nos fala Ferro (2003) são as possibilidades que cada obra fílmica permite, no sentido de que mesmo que não se perceba há na representação que o filme aborda um sentido real indissolúvel e impossível de dissociar, isto é, a realidade social é visível mesmo em obras ficcionais mais fantasiosas.

A representação da sociedade poderia ser explorada pela produção cinematográfica. Vemos que a junção de dois tipos de *signos* puderam propiciar sensações e sentidos nunca antes atribuídos a uma arte, pois, além da *imagem*, o cinema nos fornece o *som*, a junção dessas duas formas de comunicação traz sentidos muito mais aguçados, possibilita caminhar em vales nunca antes habitados. Mesmo que os filmes apareçam no âmbito escolar

como ferramenta de aprender e ensinar no século XX, é necessário salientar que desde muito antes ele era utilizado como doutrinador. (FERRO, 1992)

Isto é, desde seu surgimento, o cinema é utilizado com propósito direto de informar e formar, de ser o mediador de ideias e doutrinas, e isso pode ocorrer de forma clara ou não. O cinema não pode ser visto apenas como meio submisso de um poder dominante, na verdade o cinema se prova meio de intensas lutas, pois cada cineasta tem uma ideologia e há sempre a necessidade de defender/mudar/combater esses ideais.

Quando, por exemplo, um cineasta faz escolhas de som e imagem ele está optando pela melhor forma de convidar o espectador a compartilhar seu ponto de vista, sua visão do mundo, pois todo ponto de vista é a vista de um ponto, isto é, cada detalhe é pensado para que a compreensão e o sentimento seja expresso da melhor forma possível.

E isso faz do meio cinematográfico uma ilha de possibilidades, seja para análises acadêmicas, seja para uma sala de aula, pois é intrínseco a relação de tomada de consciência que se faz ao assistir um filme, que está carregado de simbolismo posto de forma consciente por outrem na obra fílmica, isto é, o cinema é produtor de cultura e produto da cultura, entendemos por cultura, no âmbito antropológico, isto é, cultura é uma lente/filtro que o ser humano ler/ver e produz no mundo que o cerca.

Podemos dizer, então, que o cinema é o meio sensível para o aprender, pois diferente da escrita para um romance, que pode se utilizar de várias expressões, que descrevam de forma extensiva os sentimentos dos personagens, o cinema não pode realizar tal feito, pois não existe tempo para que cada personagem possa ser analisado por um eu lírico, o cinema é mais rápido, mais dinâmico. Tem, então, que recorrer para uma escrita interpretativa e vivaz, que minutos de uma cena possam expressar páginas de emoções e sensações. Sendo assim, as pessoas ao verem o filme sentem-se mais próximas com as dificuldades que se desenrolam durante o vídeo que se está assistindo.

A transição do cinema de tecnologia para a arte já foi um dos sinais que essa modalidade de captura de imagens e sons se tornaria um meio de acesso ilimitado de nossa sociedade moderna, isto é, o cinema construiu uma linguagem inteiramente nova.

Com base nessa prerrogativa chamamos a atenção de que esse momento/espço atuaria enquanto ação formativa de ressocialização por parte dos detentos, isto é, as várias leituras possíveis das representações audiovisuais atuariam enquanto lugar de mudança em relação ao cotidiano dos detentos, possibilitando a promoção da autoestima e inclusão social.

Pois como sabemos, é extremamente difícil encontrar alguém que não goste de passar alguns momentos do dia em frente à televisão, seja jogando videogame, assistindo novela, jornal ou filmes. Na verdade, não apenas em casa, o espaço de atuação áudio visual na vida do ser humano cresce cada vez mais e passamos a nos utilizar desse meio de comunicação nos carros, ônibus, elevadores, nas salas de espera e praticamente em qualquer lugar que se vá teremos um ambiente em que o audiovisual vai nos alcançar.

Contudo a análise e a crítica das obras fílmicas constitui tarefa essencial para compreender essa linguagem, pois é através da reflexão dos filmes que gostamos e não gostamos, que conseguimos alcançar as várias formas que se faz a “sétima arte”. As vias de acesso à análise fílmica são inúmeras, contudo, o filme, pode ser considerado antes de tudo, um fato, na medida em que ele constitui problema para o sistema da percepção humana, ou seja, propõe indagações, conhecimento e percepção de vida.

Um dos principais problemas teóricos das obras fílmicas segundo METZ (2007) é a *Impressão da Realidade*. De acordo com o teórico, o filme, mais que qualquer outra arte, consegue imprimir em sua linguagem um discurso que se faz sensível para aqueles que o veem, consegue arrastar para as salas de cinema multidões que não sentem a mesma empatia pela pintura, escultura, teatro ou pelo Romance. Vemos que o Cinema consegue vencer, em grande medida, o distanciamento do público e a arte.

No domínio fílmico, torna-se perceptível uma presença e uma proximidade que torna esse meio mais empático, e tal sentimento de identificação se relaciona tanto com obras realistas ou as mais fantasiosas, na medida em que, mesmo se tratando de um filme que tenha elementos fantásticos só vai ser aceitável se convencer, senão é apenas caricata, ou seja, o realismo que nos referimos aos filmes fantásticos/irreais se ligado a necessidade de

voltar sempre para definir um estilo de cinema em relação à dialética da realidade e da abstração, do concreto e do conceito. É, em última análise, na maneira particular que tem o cineasta de fazer significar a realidade que reside o princípio de seu estilo e, ousarei dizer, sua hierarquia. Entendam que essa arte, pretensamente a mais concreta de todas, é de fato a mais facilmente abstrata. Os piores filmes para se olhar de perto não são compostos senão de símbolos, de signos, de convenções, de hieróglifos dramáticos, morais e afetivos. (BAZIN, 2016. p.108)

O irreal aparece atualizado e se apresenta como um acontecimento e não como uma ilustração desbotada, porém aceitável, de um processo que simplesmente inventou tal elemento. Sendo assim, nos perguntamos qual é a natureza da impressão de realidade? Como ela consegue alcançar tal domínio? Quais seus limites?

Ao olharmos uma fotografia, de acordo com Roland Barthes (BARTHES Apud METZ, 2007), não vemos o Ser-Aqui, mas um ter-sido-aqui, isto é, o que a fotografia mostra realmente foi assim, mas a ponderação temporal, que é mutante, não nos permite vê-la como um “ser-aqui agora”. A realidade irreal aparece na contradição espaço-tempo. A fotografia “não é nunca vivida como ilusão autêntica, sabemos sempre muito bem que o que nos é apresentado não está verdadeiramente *aqui*. Este é o motivo pelo qual a fotografia tem um fraco poder projetivo.” (METZ. p. 19)

Por isso o cinema difere de forma marcante da fotografia. O cinema é arte ficcional e narrativa que alcança o “ser-aqui vivo”, ou seja, a impressão de realidade do cinema torna-se mais latente que a da fotografia, pintura ou escultura, já que tem *movimento*, e ao apreender o movimento acolhe o movente na inscrição que virá fazer na película. O cinema, diferente da fotografia, não se satisfaz em lacrar o objeto/sujeito naquele instante. Claro que o objeto/sujeito que aparece no filme é modificado e transfigurado, pois ele não é realidade, mas reprodução que se faz aparecer, é linguagem que se molda para transmitir seus signos da melhor forma possível.

Podemos responder, então, que o movimento configura importante papel na grande Impressão de Realidade que o filme consegue produzir. Diferente da maioria das outras artes, o cinema não subtrai de sua linguagem a realidade suplementar que o movimento trás, já que os acontecimentos do nosso dia-a-

dia são móveis, a identificação e aproximação tornam-se mais facilitadas por uma arte que não é cataléptica.

O próprio movimento basta-se em si ao fornecer um movimento real, pois há uma lei na psicologia que determina o movimento sempre como real, pelo menos em primeiro momento e desde que seja percebido. “Os objetos e personagens que o filme apresenta aparecem sempre como efígie, mas o movimento que o anima não é uma efígie do movimento, ele aparece realmente”. (METZ. 2007, p. 21)

Contudo quando se está em regime de privação de liberdade também se priva desse momento de lazer, que muitas vezes é familiar, isto é, o cinema, filmes, novelas, musicais, documentários e várias outras formas de obra fílmica são retiradas do dia-a-dia das apenadas.

Neste sentido, o Cineclube Fênix como projeto de ação extensionista da Universidade Estadual da Paraíba e sua ação educativa no Presídio do Serrotão através da educação pelo cinema, proporcionou entre as mulheres que lá vivem a possibilidade de articular educação e inclusão social através das discussões em torno dos filmes que eram debatidos entre elas. O projeto levou temas sociais veiculados através do cinema onde estas mulheres puderam refletir e se posicionar sobre o conteúdo do filme e a partir deles criar vínculos com sua realidade de vida.

2. REEDUCANDO MULHERES ATRAVÉS DO PROJETO CINECLUBE FÊNIX: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE PESQUISA.

Neste capítulo, refletiremos sobre a experiência de pesquisa com ações extensionistas, realizadas através do Projeto Cineclube Fênix, com mulheres em condições de privação de liberdade. Diante da finalização do projeto e do fechamento do campus avançado do Serrotão e suas ações extensionistas, tivemos dificuldades de retornar ao presídio para realizar as entrevistas que irão compor nosso trabalho.

Neste capítulo, apresentamos nossas considerações reflexivas dos dias vivenciados no presídio e da importância e contribuições que o cinema traz para o contexto da reeducação feminina em condições tais como aquelas encontradas pelas mulheres nas quais tivemos contato e convivência no decorrer do projeto.

2.1 O Lugar Pesquisado: O Presidio Raimundo Asfora, O Serrotão

Compreendemos pois, que as ações extensionistas permitem empreender a relação universidade/comunidade. A universidade pública existe para atender as necessidades do país e de sua população, ou seja, ela sempre se alinha com o desenvolvimento social, político e econômico na medida em que institui espaço privilegiado para o conhecimento, contudo a produção desse conhecimento não deve ficar restrita apenas entre as paredes da Universidade, na verdade ela tem, de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, que estabelecer contato direto com a sociedade por meio da extensão.

Art. 2º Para efeito do PNEExt, a Extensão é considerada como a atividade acadêmica que articula o Ensino e a Pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade.(Brasil, 2011. p1).

Acreditamos que a relação entre a universidade e a sociedade deve ser sempre de troca, que gera não apenas a aproximação da instituição de ensino superior com a sociedade, mas também, possibilita o aprendizado do alunado, professores e os próprios sujeitos comunitários envolvidos.

Contudo, algo que devemos levantar como ponto importante é que a Extensão Universitária não deve ser confundida com assistencialismo ou doutrinação, aquele espaço é um *lócus* para pesquisa e troca de conhecimentos que serão sempre benéficos para todos envolvidos.

As ações extensionistas propõem promover, acreditamos e advogamos esta ideia, uma ação educativa e emancipatória que se sustenta numa prática de aprendizagem co-participativa comunidade e universidade. Na comunidade, ela se assenta numa concepção de que os segmentos de baixa renda possam ser contemplados, quando as condições necessárias se apresentam como possibilidade para o processo de autonomia e de liberdade de pensamento.

Neste sentido, a universidade através do Campus avançado do Serrotão teve como iniciativa valorizar o potencial expresso pela extensão universitária através de projeto, no sentido de contribuir para melhoria da qualidade de vida das mulheres e homens que se encontram em situação de privação de liberdade. O complexo conta: com escola que tem oito salas de aula, bibliotecas, berçário para o uso da reeducandas que têm filhos em idade de amamentação, um salão multiuso, além de salas de informática, leitura e vídeo.

De acordo com a pesquisa feita pelo sociólogo Breno Wanderley César Segundo (2011), o Presídio do Serrotão foi inaugurado em 27 de Setembro de 1990. Situa-se na BR 230 pelo quilômetro 162. Em um espaço de 14 hectares e com capacidade para 350 reeducandos, o Presídio do Serrotão desdobra-se em três edificações: Presídio feminino, segurança máxima e média. Seus muros possuem 6 metros de altura e tem arames farpados e cerca elétrica com potência de 360 watts.

O presídio de segurança média possui sete pavilhões com 22 metros de comprimento e 10 metros de largura. Em cada pavilhão existe a inscrição do número referente à violação do código penal que os reeducandos infringiram. Como destaca César Segundo (2011. p. 148)

O presídio do Serrotão, de acordo com seu diretor, foi o primeiro presídio do Brasil a separar os presos por crimes cometidos. Há uma dificuldade no próprios modelos arquiteturais dos presídios que não permitem esta divisão. Assim, os presos que se encontram recolhidos no pavilhão 121, tratam-se dos condenados por crime de homicídio (artigo 121 do Código Penal); os que se encontram no pavilhão 157 são aqueles condenados por

roubo (artigo 157 do Código Penal); e assim por diante. Tal propósito se baseia no fato de que se deve impedir que a convivência entre condenados por crimes de naturezas diversas os contamine de forma recíproca.

O presídio ainda conta com uma panificadora no Presídio de Segurança Máxima, que se mantém com recursos do Estado. De acordo com a pesquisa feita por César Segundo (2011) os próprios reeducandos mantêm uma relação de troca de conhecimentos sobre a produção dos pães com o intuito de sempre haver pessoas tecnicamente capazes de manter a produção em andamento. A comida não é um ponto de discussão intensa, pois o cardápio é diversificado e, dessa forma, não se torna enjoativo. A cozinha mede aproximadamente 8 metros de comprimento e 15 de extensão.

2.2 Entre Luzes, Câmera e Ação: Vidas Traduzidas nas Ações Extensionistas com o Cinema

No ano de 2015 entrei em contato com a Professora Maria Lindaci, a mesma estava concorrendo a uma vaga para seu projeto de extensão no Presídio do Serrotão e em busca de uma monitora para seu projeto. Aprovado o projeto, momento em que também fui escolhida a participar como monitora, deu-se início as ações com mulheres, foco da proposta do projeto.

O Serrotão tem esse nome por estar situado em uma serra, conseguimos ver seus altos muros de diversos pontos da cidade, mas não podemos ver seus portões e a cerca elétrica. Aquele lugar está rodeado de estigmas, de medo e até mesmo de repulsa. As primeiras perguntas feitas para mim se centravam em minha “loucura” por estar preste a começar essa empreitada, principalmente pelos meus amigos. Certamente esse alarde também me deixou temerosa.

A partir de nosso olhar, muitas vezes preconceituoso, desumanizamos as pessoas que estão em regime fechado, eles adentram em uma categoria que escapa à humanidade, são monstros e desordeiros revoltados, perigosos e inconstantes. Nos colocamos em outra categoria que diverge efetivamente da dos privados de liberdade.

Contudo, sabíamos que nada poderia ser pior que estigmatizar desta forma. Iniciamos nosso projeto salutarmente, na primeira sessão contávamos

com mais de 50 apenados dos regimes fechados, tanto da máxima como dos outros setores.

Nas atividades propostas para as mulheres, estavam aquelas com os filmes elencados para serem vistos em sala e a partir deles começarmos o debate com as mulheres. O primeiro filme que apresentamos foi o filme *Um Sonho Possível* estrelado pela atriz norte americana Sandra Bullock.

Um Sonho Possível é um filme dirigido por Jonh Lee Hancock, que tem um logo percurso por filme com temática esportiva, nessa história temos como personagem principal o “Big Mike”. Este filme relata uma história baseada na vida de Michael, rapaz negro e discriminado, que tinha a vida familiar desestruturada, mas que se transforma ao encontrar Leigh Anne, que o ajuda e o adota como um filho. Como o próprio nome da obra diz ele vive um sonho possível, que nem as maiores diversidades conseguiram destruir. A história é sem sombra de dúvidas romantizada, o que não significa necessariamente que seja inverossímil.

Michael não era visto como um bom aluno, na verdade ele ia mal na escola, notas baixíssimas, contudo a família de Leigh Anne acreditou nele, a professora particular acreditou nele, mas nenhuma transformação seria possível se Michael não acreditasse nele, e foi apenas quando ele se sentiu incluso, amado e aceito que ele conseguiu transformar seu sonho em realidade.

As dificuldades enfrentadas em sala de aula não eram as únicas, ele ainda tinha de superar os percalços vividos nas “ruas”, pois Michael vinha de uma família pobre e morava em um bairro carente, a maioria dos colegas das imediações estavam envolvidos com atividades criminosas, porém, mesmo com a ajuda da família de Leigh Anne, nada importaria sem a perseverança do próprio Michael. *Um sonho possível* é uma bela história de superação. Faz-nos perceber que com fé e esforço é possível sair da situação mais desastrosa. Também nos mostra que com compreensão, amor e tolerância, podemos construir um mundo mais humano e humanitário.

As obras fílmicas escolhidas eram apresentadas em sessões tanto no setor feminino como no masculino e tive a oportunidade de acompanhar as sessões desse filme para os dois públicos. Existem diferenças marcantes entre os pontos nodais para os dois grupos, os homens centravam-se na questão de

superação das dificuldades enfrentadas pelo Michel, pois muitos se identificavam com a realidade de vida dele. As mulheres também percebiam e se identificavam com o Michel, mas elas também se viam na Leigh Anne, principalmente como mães.

Um relato ficou gravado em minha mente, uma das reeducandas estava chorando no final do filme o que era estranho, pois apesar de ser um filme de superação, não era um filme extremamente dramático. Perguntamos por que ela chorava e a resposta foi: “Você viu a mãe? Ele só conseguiu por causa da mãe. Nós não somos mães aqui, sabe? Meus filhos estão lá e eu estou aqui. Não sou exemplo. Como vou saber se ele não está fazendo a mesma coisa que eu fazia?”.

FIGURAS 1 2 EXIBIÇÃO DO FILME UM SONHO POSSÍVEL



Fonte: Acervo pessoal de Flávia Thayanne

Os debates que se desenrolavam após a apresentação do filme eram empolgantes, a primeira questão feita foi: “Quais valores que podem ser identificados neste filme?” As respostas foram diferentes, mas o teor era o mesmo. As mulheres privadas de liberdade falavam em valor moral e incentivo para uma melhoria da vida quando saíssem da prisão.

Vivemos em uma sociedade regida pelas regras sociais em que se torna imperativo ser ético em nossas ações, entendendo por ético o sujeito que segue e cumpre os valores da sociedade em que vive, sem prejudicar o próximo, aquele que é responsável pelas ações que protagoniza, pois o sujeito

ético sabe que suas ações são examinadas e criteriosamente testadas pela sociedade o que significa a responsabilização de seus atos, devemos pensá-la, a ética, enquanto a inteligência compartilhada a serviço de uma boa convivência. Já a moral seria o modo como operacionalizamos a ética, é o sentimento e como o vivemos e o fazemos.

O que mais chama a atenção para o quadro das mulheres apenas com que lidamos, é que elas sabem de forma clara e coerente sobre um viver ético saudável, pois falavam que nada se torna impossível quando se tem objetivos claros, isto é, que eles podem ser éticos e ter uma moral saudável e que para isso é indispensável ter “força de vontade”.

Outro filme marcante foi *Piaf Um Hino ao Amor*. Neste filme nos encontramos com a história de Édith Piaf, uma cantora francesa que teve uma vida conturbada e recheada de talento. Menina pobre, viveu em um bordel, ficou cega por um período, viajou com circos itinerantes onde iniciou a cantar em público, perdeu sua filha de 2 anos para a poliomielite, terminou por se tornar uma reconhecida cantora, conheceu Marcel, seu grande amor, que era casado, após um ano morre Marcel em um acidente aéreo, ele estava voltando para a reencontrar, arrasada pelo sofrimento de sua morte e pelo grave caso de poliartrite aguda que a acometia, sua saúde tornou-se cada vez mais frágil. Aos 47 anos, no ano de 1963, morreu Édith Piaf.

Para além de uma vida conturbada a história de Piaf nos mostra que a superação e o talento são algo que pode se fazer presente para todas as pessoas. As mulheres que assistiram a essa sessão ficaram emocionadas e se reconheciam na história de vida de Piaf. Foi nesse dia que aconteceu um dos relatos mais emocionantes.

Uma mulher, a chamaremos de Rosa, que tem por volta dos 35 anos, quando perguntada no que ela se identificou com Piaf contou-nos, que foi com a história de vida da artista que se assemelhou a dela. Ou seja, menina pobre e abusada, iniciou a usar entorpecentes leves e gradativamente chegou a usar o crack, viciou-se, teve filhos e começou a se prostituir para sustentar seu vício e por fim, foi pega roubando, seus filhos estavam entregues a assistência social. Ela não parava de falar em seus filhos e de que quando saísse da prisão mudaria de vida.

FIGURA 3 EXIBIÇÃO DO FILME PIAF, UM HINO AO AMOR



Fonte: Acervo pessoal de Flávia Thyanne

O espaço proporcionado pelo Campus Avançado permitiu que nosso trabalho e dos demais projetos e cursos pudessem ocorrer de forma salutar. O Campus avançado torna-se uma instituição que possui uma aparelhagem e modus operandi particular e que funcionava dentro de outra instituição, o presídio. Nesse sentido, as regras deviam ser seguidas para que as duas instituições funcionassem da melhor forma possível.

Diferente de outros casos, a relação entre o staff do Campus Avançado e os agentes penitenciários sempre foi muito respeitosa e amigável, nossa entrada e saída do complexo sempre foi feita da melhor forma possível para promover a segurança de todos envolvidos, isto é, sem levam em consideração as rebeliões ocorridas nos anos de 2015 e 2016, onde tivemos que nos abster dos projetos por um curto período.

Não obstante, algo que deve ser levado em consideração é o próprio preconceito que envolve estar trabalhando com pessoas que cometeram crimes. Como aponta o relator Sauer (2010) das Diretrizes Nacionais para a

Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade em Estabelecimentos Penais constata que conforme SAUER Apud CARREIRA (2010):

A educação para pessoas encarceradas ainda é vista como um “privilégio” pelo sistema prisional; A educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores e professoras afirmam sentir a unidade prisional como uma ambiente hostil ao trabalho educacional; A educação se constitui, muitas vezes, em “moeda de troca” entre, de um lado, gestores e agentes prisionais e, do outro, encarcerados, visando a manutenção da ordem disciplinar; Há um conflito cotidiano entre a garantia do direito à educação e o modelo vigente de prisão, marcado pela superlotação, por violações múltiplas e cotidianas de direitos e pelo superdimensionamento da segurança e de medidas disciplinares; Quanto ao atendimento nas unidades: É descontínuo e atropelado pelas dinâmicas e lógicas da segurança. O atendimento educacional é interrompido quando circulam boatos sobre a possibilidade de motins; na ocasião de revistas (blitz); como castigo ao conjunto dos presos e das presas que integram uma unidade na qual ocorreu uma rebelião, ficando à mercê do entendimento e da boa vontade de direções e agentes penitenciários; É muito inferior à demanda pelo acesso à educação, geralmente atingindo de 10% a 20% da população encarcerada nas unidades pesquisadas. As visitas às unidades e os depoimentos coletados apontam a existência de listas de espera extensas e de um grande interesse pelo acesso à educação por parte das pessoas encarceradas; Quando existente, em sua maior parte sofre de graves problemas de qualidade apresentando jornadas reduzidas, falta de projeto pedagógico, materiais e infraestrutura inadequados e falta de profissionais de educação capazes de responder às necessidades educacionais dos Encarcerados(SAUER Apud CARREIRA, 2010,p. 6)

O cotidiano prisional, assim como as práticas desenvolvidas no mesmo, revelam que o acesso a educação escolar está condicionado a uma vontade pessoal associada aos bons comportamentos individuais exigidos pelo sistema prisional. Esses comportamentos se estabelecem tanto pelas normas escritas como pelas normas estabelecidas na convivência entre os reeducandos e os profissionais da unidade prisional.

O que devemos focar é que segundo o relatório de SAUER (2010), o sistema prisional e aqueles que o regem não percebem a educação como um direito de todos legalmente assegurado, pois a educação passa de direito para uma oportunidade, uma vez que se regula pela lógica de premiação e castigo, transformando um direito em um benefício que precisa ser conquistado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um de seus livros, Clarice Lispector, traz uma frase que é muito salutar em nosso debate, em *Uma Aprendizagem ou O livro dos prazeres* ela narra o romance amoroso de dois professores, em determinado momento, Lóri, uma das protagonistas, fala para Ulisses, seu par romântico: “Aprendo contigo, mas você pensa que eu aprendi com tuas lições, pois não foi, aprendi o que você nem sonhava em me ensinar” (LISPECTOR, 1998, p. 57).

Num primeiro momento nos parece estranha essa afirmação, mas a condição humana nos permite ser seres que aprendem com a convivência, aprendemos com a presença, pois educar é educar-se, é ser sensível as ideias que se passa em nosso dia-a-dia, não há um tempo determinado para aprender, somos condicionados a nos apropriar de costumes, crenças, ideias e sentidos constantemente, contudo também há a necessidade de ver os acontecimentos que enriquecem nossa vida, não apenas olhar, mas realmente ver e valorizar até mesmo os mais simples fatos.

Isto é, o ser humano é o único animal que pode fazer escolhas, mas o ser humano tem a capacidade de aprender, julgar e escolher, e é por esse motivo que nossa sociedade é o que é, existem costumes, crenças, mas também somos regidos pela moral, que está ligada ao sentimento, ao sentido, valores subjetivos, moral é a prática da ética.

As escolhas aparecem em todas as ações, não fazemos algo sem que antes tivéssemos diversas alternativas a qual escolher, mesmo que muitas vezes não se perceba nós temos opções e é isso que essas mulheres devem perceber, de que a vida delas é resultado de suas escolhas.

As sessões do Cineclube Fênix colocaram os filmes em um contexto de criticidade e contribuíram de forma significativa para que as reeducandas adquirissem conhecimentos que propiciassem aflorar suas sensibilidades para as várias leituras de mundo que podem ser acessadas através dos filmes, isto é, os filmes trazem em seu cerne questões de identificação e apropriação que agem de forma salutar a trabalhar em prol da reabilitação dos reeducandos, para um viver saudável, consciente e com autoestima.

Para além de uma visão de “benefício” que se atribui às práticas que são feitas nas instituições prisionais, temos de perceber que as ações educativas

para a reinserção social é justamente o objetivo que se propõe o sistema prisional, contudo isso jamais será possível sem ação de auto e heteroeducação.

É justamente nessa perspectiva que operacionalizamos nossos esforços, isto é, a de formar, mesmo que por meio escolar não instituídos e institucionalizados como tal, pessoas aptas a compreender o mundo em que vivem, e agir de forma ética saudável e isto só é possível através da educação, nas mais várias formas que esta possa alcançar.

Em todos os momentos dessa pesquisa/estudo estivemos em estreito contato com as reeducandas. Convivemos com suas histórias, compreendemos seus temores, alegrias e a derrota que acreditavam ser suas vidas. Percebemos a dificuldade e suas fraquezas, sabemos que é muito fácil julgar os atos daquelas que quebram a lei, daquelas que tentam burlar o contrato. Enquanto pesquisadora, esta experiência proporcionou ver, não apenas olhar, o outro lado do muro, perceber o ser humano que está no presídio e de como essas pessoas encontram-se em estado de vulnerabilidade e que a sociedade deve promover bases de sustentação e promoção de superação da liberdade. O cinema proporcionou para elas um momento de entretenimento, um momento de sociabilidade informal e divertido. Ninguém nunca as obrigou a ir a uma sessão cineclubista, elas tinha o direito de escolher frequentar as sessões.

Em suma, este estudo buscou compreender a possibilidade educativa informal do cinema por meio das sessões cineclubistas. As pessoas que se encontram em privação de liberdade necessitam de programas educativos efetivos para que o princípio norteador da instituição prisional se faça salutar. O Cineclubes fênix foi um projeto que fez aflorar o sentimento latente que represava essas mulheres. Dar visibilidades a essas mulheres é lhes dar o devido respeito, é fazer compreender as nuances dessas mulheres, que deixam de ser estatísticas e passam a ser humano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, W. B. *As multifacetadas do Conceito de Exclusão: Sentidos, delimitações e Usos*. In. MATTOS. C. L. G.; ALMEIDA. S. M.; CASTRO. P. A.; BORGES. L. P. C. (Org.) *Mulheres Privadas de Liberdade: Vulnerabilidades, desigualdades, disparidades socioeducacionais e suas intersecções de gênero e pobreza*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAZIN, A. *O realismo Impossível*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BECCARIA. C. *Dos Delitos e das Penas*. 7. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Extensão universitária. Brasília: Câmara dos deputados, 2011.

CÉSAR SEGUNDO, B. W. *Os sentidos do aprisionamento na contemporaneidade* : Um Estudo de caso no Presídio do Serrotão em Campina Grande – PB. 2011. 216 f. Tese de Doutorado em Sociologia Instituto de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

COMITÊ DE RELAÇÃO DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: Palais de chaillot, 1948.

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf >

Acesso em: 31 de 02 de 2017.

DEPEN. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Ifopen Mulheres*. República Federativa do Brasil: Ministério da justiça. 2014.

FERRO. M. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT. M. *Vigiar e Punir*. Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961.

GOLDMAN, IAN. DAHAN, O. *Piaf: Um Hino ao Amor*. [Filme-vídeo] produção de Ian Goldman, direção de Oliver Dahan. França, Europa Filmes 2007. 1 DVD, 140 min. Color, Son.

JOHNSON. BRODERICK. HANCOCK, JONH LEE. *Um Sonho Possível*. [Filme-Vídeo] Produção de Broderick Johnson, direção de Jonh Lee Hancock. Estados Unidos da América, Warner Bros. Picture 2009. 1 DVD, 129 min. Color, Son.

LISPECTOR, C. *Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOURO, GUACIRA L. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

METZ. C. *A significação no Cinema*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MORENTTI, E. V. *O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro*. História. In. Revista Qestões Debates Critiba UFPR. n. 38, p. 11-42, 2003.

NAPOLITANO, M. *Como Usar o Cinema na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA. E. S. CASIMIRO. P. B. S. Os Annales por Peter Burke: Uma visão Larga e Profunda. Campinas, n.25. Março. 2007. P. 268-270. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/res04_25.pdf> Acesso em: 15 de 03 de 2017.

PAUGAM. S. *O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social*. In. SAWAIA. B. (Org.) *As artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.

PINTO, Celia Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SAUER, A. H. *Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais*. Brasília: Ministério da Educação. 2010.

SCOTT. J. W. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2. Jul./dez. 1995. P. 71-99.
<https://archive.org/details/scott_gender> Acesso em: 20 de 06. 2017.